



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

SENTENÇA

Processo nº:	1008804-48.2018.8.26.0053
Classe - Assunto	Mandado de Segurança - Suspensão da Exigibilidade
Impetrante:	Joaquim Pessoa Filho e outros
Impetrado:	Delegado Regional Tributário da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo e outro

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **João Baptista Galhardo Júnior**

JOAQUIM PESSOA FILHO, MARCIA PESSOA AGUIAR e SANDRA PESSOA BRASILEIRO, qualificados nos autos, impetraram mandado de segurança com pedido de liminar contra ato praticado pelo **DELEGADO REGIONAL TRIBUTÁRIO DE ARARAQUARA**, sustentando, em breve síntese, que os impetrantes são herdeiros de seu genitor, Joaquim Pessoa, falecido em 12 de janeiro de 2018. Relataram que, dentre os bens que compõem o espólio há 03 imóveis localizados no município de São Paulo e pretendiam realizar o inventário de forma extrajudicial antes de 12 de março de 2018, com fim de obstar a incidência de multa do ITCMD. Aduziram que a continuidade do procedimento foi interrompida por ilegal exigência da autoridade coatora, ao exigir recolhimento do tributo ITCMD apurado com base no denominado valor venal de referência. Alegaram que a exigência pela autoridade impetrada do pagamento do ITCMD tendo por base de cálculo o valor venal de referência do imposto de transmissão de bens imóveis (ITBI) não se coaduna com a Lei Estadual nº 10.705/2000. Pleitearam a concessão da liminar, bem como a da ordem, a fim de que o recolhimento do valor do referido imposto seja feito com base nos valores declarados para fins de recolhimento do IPTU.

Com a inicial (fls. 01/10), vieram documentos (fls. 11/28).

A liminar foi deferida para que a autoridade coatora proceda o recálculo do ITCMD devido nas transações descritas na inicial, utilizando como base de cálculo do tributo o valor venal dos imóveis apurado para fins de IPTU (fls. 30/32).

A Fazenda Pública requereu seu ingresso na demanda como assistente litisconsorcial (fl. 45), tendo seu pedido deferido (fl. 81).

Intimado, o Ministério Público deixou de ofertar parecer, ante a ausência de interesses tuteláveis por este (fl. 86).

É o relatório.

Fundamento e decido.

Em que pese os argumentos trazidos nas informações prestadas pela autoridade coatora impetrada, sua tese não merece prosperar.

Isso porque a base de cálculo do ITCMD deve-se pautar pelo valor venal do imóvel apurado para fins de IPTU e não o seu valor de mercado.

Da redação do artigo 38 do Código Tributário Nacional extrai-se a seguinte previsão: "A base de cálculo do imposto é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos".

No mesmo sentido, a redação dos artigos 9º e 13, I, da Lei Estadual nº 10.705/00: "Art. 9º - A base de cálculo do imposto é o valor venal do bem ou direito transmitido, expresso em moeda nacional ou em UFESPs (Unidades Fiscais do Estado de São Paulo)"; "Art. 13, I, - No caso de imóvel,

1008804-48.2018.8.26.0053 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

o valor base de cálculo não será inferior: I - em se tratando de imóvel urbano ou direito a ele relativo, ao fixado para lançamento do imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana IPTU".

Fica claro, portanto, que o valor da base de cálculo a ser observado é o valor venal do imóvel utilizado para fins de IPTU, não podendo prevalecer a convicção do impetrante.

A jurisprudência já consolidou esse entendimento, a saber:

"Agravamento regimental. Inventário. Cálculo do ITCMD incidente sobre a transmissão de bem imóvel. Decisão agravada que determinou que a base de cálculo do tributo corresponda ao valor venal do imóvel apurado para fins de IPTU. Insurgência no sentido de que o imposto deve ser calculado sobre o valor de mercado do bem. Incidência do art. 38 do Código Tributário Nacional, o qual define que 'A base de cálculo do imposto é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos'. Exegese dos artigos 9º e 13, I, da Lei Estadual nº 10.705/2000 que se afina à decisão agravada. Agravo desprovido." (TJSP, 7ª Câmara Agravo Regimental n. 2047883-84.2014, que teve como Relator o Desembargador ROMOLO ROSSO);

"MANDADO DE SEGURANÇA. ITCMD. Pretensão à fixação da base de cálculo correspondente ao valor venal estabelecido para fins de IPTU - Fisco que atribui para os bens imóveis transmitidos valor de referência adotado pela legislação do ITBI. Inadmissibilidade - Inaplicabilidade do Decreto 46.655/2002 alterada pelo Decreto 55.002/2009 Inteligência do art. 38 do Código Tributário Nacional e § 1º, do artigo 9º, da Lei Estadual nº 10.705/00 Sentença concessiva da ordem Recursos oficial e da FESP não providos (Apelação n. 1034224- 94.2014, Rel. REINALDO MILUZZI, 6ª Câm. Direito Público, j. 16.03.2015)";

"INVENTÁRIO. Cálculo do ITCMD. Valor venal do imóvel à época do falecimento da autora da herança. Pretendida exigência do fisco quanto à alteração da base de cálculo do ITCMD, nos termos do Decreto Estadual nº 55.002/09. Inadmissibilidade. Ilegalidade da utilização de atual valor de mercado. Recurso provido (AI n. 2057448-09.2014, 6ª Câmara Dir. Privado, Rel. FRANCISCO LOUREIRO, j. 17.04.2015)".

"INVENTÁRIO - Decisão que determinou como base de cálculo do ITCMD o valor venal do imóvel. Insurgência. Alegação de que deve ser utilizado o valor de mercado estimado - Descabimento - As regras a serem observadas no cálculo do ITCMD serão aquelas em vigor ao tempo da abertura da sucessão. Correta a adoção do valor venal adotado como base de lançamento do IPTU, nos termos do art. 13 da Lei Estadual nº 10.705/00 Precedentes deste E. TJSP Decisão mantida Recurso não provido (AI n. 20009020-59.2015, 5ª Câmara Dir. Privado, Rel. MOREIRA VIEGAS, j. 25.02.2015)."

Saliente-se, ainda, que o Decreto Estadual nº55.002/09, ao permitir a adoção de base de cálculo diversa daquela estabelecida por lei, de fato, viola o princípio da reserva legal, pois o artigo 97, II, § 1º, do Código Tributário Nacional prevê, de forma clara, que nenhum tributo será instituído ou aumentado, a não ser por meio de lei ou nas hipóteses previstas na Constituição Federal.

Descabida, portanto, a tese lançada pelo fisco, no sentido de se observar a alteração da base de cálculo do ITCMD através de Decreto Estadual.

Ante o exposto, **CONCEDO A ORDEM**, determinando que a autoridade coatora se abstenha de exigir o recolhimento do ITCMD nos termos previstos pelo Decreto Estadual nº 46.655/02, confirmando a liminar anteriormente deferida, a fim de que o recolhimento do ITCMD se dê com base nos valores declarados para fins de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

Condeno a FESP ao pagamento das custas despesas processuais, deixando de fixar honorários advocatícios (art. 25 da Lei 12.016/09).

P.I.C.

Araraquara, 20 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

1008804-48.2018.8.26.0053 - lauda 2